



Assembleia amanhã retoma debate da pauta unificada

Atividade terá início ao meio-dia no Pavilhão Básico (PB - 15)

A diretoria do STU convida todos os trabalhadores para assembleia no dia de amanhã (23) na sala PB-15 a partir do meio-dia.

A assembleia, além de avaliar o resultado da reunião do Fórum das Seis que acontece hoje (22), também elegerá os delegados para Plenária Estatutária da Fasubra, que acontece de 1 a 3 de abril em Brasília. A plenária terá início com uma mesa especial sobre a luta das mulheres com o tema: "Previdência e o Zika Vírus" e debaterá também os informes dos estados, análise de conjuntura e Carreira.

Em relação à reunião do Fórum das Seis, a diretoria reafirmará na reunião as deliberações da assembleia do último dia 9/3. Nesta reunião a coordenação do Fórum deve consolidar a versão final da pauta unificada, com base nas deliberações das assembleias, e definir a data e formato do ato de entrega do documento ao Cruesp.

Propostas aprovadas na última assembleia do STU em relação à pauta da campanha salarial unificada:

- Isonomia salarial entre as três universidades
- ICV-Dieese de maio/2015 a abril/2016.
- 3% relativo as perdas históricas.
- Recuperar a diferença gerada pela não retroatividade entre a 1ª e 2ª parcela em 2015, com pagamento em parcela única e igual para todos.
- Realizar a entrega da pauta ao Cruesp com ato e paralisação no dia 5 de abril.
- Rejeitar a luta pelo aumento do teto salarial e reafirmar a prioridade no aumento dos pisos salariais e no cumprimento da lei do teto.

AGENDA

28/3 - segunda

Reunião da Diretoria do STU.

29/3 - terça

Reunião do Conselho Fiscal do STU, das 08h30 às 10h00 na Sede do STU.

30/3 - quarta

Assembleia Orçamentária de 2016, das 12h00 às 13h45. (Local a confirmar).

OCUPAÇÃO MABE

Trabalhadores resistem à reintegração

Os trabalhadores da MABE seguem resistindo à reintegração de posse decretada pela justiça, que concedeu liminar em favor da desocupação na semana passada.

A fábrica foi ocupada pelos trabalhadores e o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região no dia 15/2 para cobrar o pagamento de salários dos últimos três meses, 13º e direitos trabalhistas e impedir que os empresários vendam as máquinas e o patrimônio da empresa que prometem resistir à desocupação e seguir sua luta por direitos.

Diretores do STU já estiveram no local para prestar a solidariedade e apoio em nome dos trabalhadores da Unicamp.

Unicamp reconhece verdade histórica após relatório da Comissão da Verdade

Foto: João Marques



Na sexta-feira (18) a Comissão da Verdade e Memória 'Octávio Ianni' inaugurou a placa que denuncia o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco por seu papel decisivo no golpe de Estado de 1964 e na implantação da ditadura militar. A placa é também uma homenagem aos homens e mulheres da comunidade da Unicamp que durante a luta pela redemocratização sofreram violências físicas e morais. O marco foi descerrado ao lado do painel contendo o trecho da ata de lançamento da pe-

dra fundamental da Unicamp, na Praça das Bandeiras, em atendimento a uma das recomendações do relatório final da comissão que funcionou de outubro de 2013 a março de 2015 com o objetivo de apurar os crimes cometidos pelo regime dos quartéis contra a comunidade universitária.

O STU apoiou a instalação e conclusões da Comissão Octávio Ianni e faz questão de lembrar especialmente os servidores técnico-administrativos perseguidos pela ditadura.

Em defesa da democracia e contra os ataques racistas

A diretoria do STU manifesta repúdio às manifestações racistas que vêm se repetindo na Unicamp. A mais recente foi uma pichação de símbolos de movimento de supremacia branca e apologia ao nazismo, novamente no IFCH, onde ontem o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp realizou um ato.

O sindicato também participou no final de semana do encontro de estudantes negros e negras organizado pela União Estadual dos Estudantes (UEE), onde manifestou seu repúdio a essas manifestações racistas.

A diretoria do sindicato também repudia os ataques sofridos nas sedes da UNE, CUT, PT e PCdoB em várias cidades do país por grupos que usam métodos fascistas para tentar intimidar as organizações de esquerda e dos movimentos sociais

que estão nas ruas organizando manifestações na defesa da democracia e contra o impeachment da presidenta Dilma.

É legítima toda e qualquer manifestação, contra ou a favor do governo. Entretanto, são inaceitáveis as manobras jurídicas contra a Constituição, bem como as manobras e mentiras realizadas pela grande mídia, que insufla a crise política pavimentando o ódio e a radicalização.

O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp aprovou resolução contra o impeachment da presidenta Dilma, entendendo que as alegações apresentadas não justificam o seu afastamento. Apesar de criticar a atual política econômica da presidenta, que coloca a conta da crise nos ombros dos trabalhadores, a realidade da falta de provas

de crime de responsabilidade que poderia ter sido praticado pela presidenta não se alterou.

Além disso, um processo conduzido por Eduardo Cunha já é na sua origem viciado. Cabe ressaltar o caráter conservador de parte das manifestações pró-impeachment, fortalecendo a ofensiva reacionária e golpista, apostando na intolerância e na exclusão social.

O STU, conforme deliberação de seu congresso, estará ativamente na luta contra os ataques racistas, na Unicamp e fora dela, e também na luta em defesa da democracia contra o golpismo.

A Adunicamp também reiterou nota publicada no dia 10/3 se posicionando contra o impeachment da presidenta, com avaliações semelhantes às do STU.

Moção da Adunicamp pela institucionalidade democrática

Diante da grave crise institucional que o Brasil enfrenta no momento, a Diretoria da Adunicamp vem a público expressar seu repúdio à abertura do processo de impeachment da Presidente da República capitaneado pelos setores mais retrógrados da política nacional. Destacamos alguns dos muitos motivos para isso:

1 — Na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha utiliza a ameaça de impeachment como chantagem expressa para evitar seu próprio julgamento no Conselho de Ética, onde há acusações sólidas e provas contundentes que o desmoralizam por completo. Cunha não tem legitimidade sequer para seguir como deputado.

2 — As alegações que dão sustentação ao pedido de impeachment, por outro lado, remetem a atos administrativos que, por questionáveis que sejam, têm uma dimensão muito aquém daquilo que justificaria uma medida tão radical quanto o afastamento de um governante eleito de forma legítima e democrática pela maioria da população. Não é por acaso que inúmeros juristas de grande reputação têm criticado de público o rito e o mérito do pedido de impeachment.

3 — É importante ressaltar que o Governo Federal tem assumido posturas e práticas indefensáveis, marcadas por um ajuste fiscal que joga a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores, aí inclusive os docentes das Universidades Públicas. O ANDES e, com ele, a Adunicamp, têm combatido essa política através de todos os canais de que dispõem. Não por acaso houve recentemente uma greve de vários meses nas Universidades Federais, sem que esse governo mostrasse qualquer sensibilidade ou disposição à negociação. Mas a luta contra o ajuste não pode se confundir com iniciativas golpistas.

4 — Se o impeachment for vitorioso, a visão corrente é de que Michel Temer assume a Presidência — como se não fosse membro desse mesmo governo. Com Temer na Presidência, certamente não teríamos uma mudança de curso favorável aos trabalhadores, pelo contrário: sua trajetória política e seu posicionamento atual indicam que será favorável a uma radicalização das medidas de austeridade e ao aprofundamento das contrarreformas no país que retiram direitos dos trabalhadores e transferem o patrimônio da nação ao

setor privado, sobretudo ao financeiro. Sendo ele o presidente do partido que se notabilizou por ter participado de todos os governos desde o fim da ditadura militar, com o controle de diversos ministérios e autarquias onde já se comprovaram inúmeros casos de corrupção.

5 — Dentre as forças sociais e políticas que apoiam o impeachment, destacam-se aquelas que pedem a volta da ditadura militar e têm por ícones figuras como Cunha, Bolsonaro e Malafaia. Nesse cenário, o impeachment significaria o fortalecimento da ofensiva conservadora e do caldo de intolerância que têm marcado a atuação desses setores.

6 — Por essas e outras razões semelhantes, entendemos que, apesar de todas as críticas que merece o Governo Federal capitaneado por Dilma Rousseff, a sociedade civil democrática e comprometida com a construção de um país menos desigual deve combater a chantagem do impeachment e exigir a queda de Cunha, cujo lugar é na cadeia, e não decidindo os destinos do país.

Adunicamp